



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO PARANÁ

PALÁCIO XIX DE DEZEMBRO

DIRETORIA LEGISLATIVA

Sessão Ordinária do dia 6 de novembro de 2024 - Ata n.º 94.

Aos seis dias do mês de novembro de dois mil e vinte e quatro, no Plenário do Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury, à nove horas e trinta minutos, foi registrado o quórum necessário de Parlamentares. O Sr. Presidente, Deputado **Ademar Traiano**, secretariado pelos Sr.ºs Deputados **Tercílio Turini** (na função de 1.ª Secretaria) e **Cloara Pinheiro** (na função de 2.ª Secretaria), “*sob a proteção de DEUS*”, iniciou os trabalhos da **94.ª Sessão Ordinária da 2.ª Sessão Legislativa da 20.ª Legislatura.**

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): “*Sob a proteção de Deus*”, iniciamos a nossa Sessão Ordinária desta quarta-feira. Solicito à Deputada Cloara que proceda à leitura da Ata da Sessão anterior.

SR.ª 2.ª SECRETÁRIA (Deputada Cloara Pinheiro – PSD): Sim, Sr. Presidente. (Procedeu à leitura da Ata da 93.ª Sessão Ordinária, de 5 de novembro de 2024.) É o que continha a Ata, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Em discussão a presente Ata. Encerrada a discussão. **Ata aprovada.** (A Ata permaneceu à disposição dos Sr.ºs Parlamentares na Secretaria da Mesa até o final da Sessão, para que pudessem retificá-la por escrito se assim desejassem.)

Consulto o Deputado Tercilio se há Expediente a ser lido.



SR. 1.º SECRETÁRIO (Deputado Tercilio Turini – MDB): Sim, Senhor Presidente. (Procedeu à leitura do documento que compunha o Expediente do dia.)

EXPEDIENTE: (Transcrição do documento recebido pela Assembleia, que se encontra sob a guarda das Comissões e Diretorias.)

Relatório de atividades do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, referente ao 3.º trimestre de 2024. Era só isso, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Comunicado aos Senhores Deputados e Deputadas. Comunico que, conforme deliberado na Reunião de Colégio de Líderes realizada na segunda-feira, 4 de novembro de 2024, está designada a Sessão Preparatória para Eleição da Mesa Diretora das 3.ª e 4.ª Sessões Legislativas para o dia 11 de novembro de 2024, segunda-feira, às 14h30, no Plenário desta Assembleia. Em conformidade com o *parágrafo único* do art. 13 do Regimento Interno, está aberto o prazo de dois dias para a inscrição das chapas. Os Requerimentos de inscrição podem ser protocolados pelo Sistema Eletrônico de Informações – SEI e devem ser endereçados à unidade da Diretoria Legislativa.

Primeiro orador inscrito, Deputado Ricardo Arruda.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Senhor Presidente, colegas Deputadas e Deputados e todos que acompanham esta Sessão Plenária. Bem, acredito que o mundo acordou melhor hoje, mais feliz e com esperança. Aproveitando, óbvio, tudo se refere à vitória de Donald Trump, uma vitória esmagadora sobre a candidata de Esquerda dos Estados Unidos. Com certeza acho que o mundo aguardava bem apreensivo isso. A mídia, infelizmente, como sempre, a mídia esquerdista, que é a grande maioria, sempre jogando contra. Fiquei acompanhando a votação e diziam: *“Está muito apertada a votação. A Kamala*



vem crescendo”. Tudo mentira! Que bom seria se a imprensa falasse apenas a verdade e os fatos, não opiniões e ideologias, como eles fazem. O Trump, em seu discurso, falou o seguinte: “*Vamos curar a América*”. A América e o mundo estão doentes e a doença, a doença grave é a Esquerda, a maldita Esquerda. Onde eles entraram para governar foi destruição, foi sofrimento, foi violência. Vocês podem levantar, todo país governado pela Esquerda é desse jeito, é sofrimento do povo, é miséria, não há desenvolvimento. Não venho aqui diariamente criticar a Esquerda por criticar, não, venho aqui convicto do que estou fazendo e sei o mal que essa Esquerda faz ao mundo. Vejam o Brasil, vejam aí dois anos de Governo Lula, que voltou e está destruindo o nosso Brasil em todos os sentidos. Agora, essa vitória representou muito, inclusive para o Brasil. Muito! Porque, vocês lembram quando o Donald Trump perdeu a eleição, o que aconteceu? Armaram aquela invasão no Capitólio exatamente..., lá foi 6 de janeiro e aqui foi 8 de janeiro... Presidente, pede um pouquinho de silêncio! Presidente Traiano... Obrigado. Acho que o pessoal está comemorando a vitória do Trump, também estou, mas, vamos lá! A invasão em 6 de janeiro do Capitólio foi uma armação da Esquerda, foi comprovado depois, a diferença é que lá a Suprema Corte Americana é uma Suprema Corte de verdade, com gente séria, com gente que respeita a América, que respeita a Constituição e as leis deles. Queriam prender o Trump! Alguma semelhança com o Bolsonaro? Não, é tudo igual, a imprensa falando que ele era o criminoso, que era o culpado, e aqui foi igual com o Bolsonaro. A Esquerda armou a invasão do dia 8, porque nunca houve invasão da Direita violenta, só no dia 8, que foram eles que fizeram, os que quebraram tudo, os infiltrados da Esquerda sumiram, as imagens sumiram, porque o Flávio Dino falou: “*Apagou a imagem, coitado!*” E se criou aquela invenção do golpe, Golpe de Estado sem arma, sem força, sem nada. Essa mentira. Tentaram colar isso lá também, só que lá a Suprema Corte falou: “*Opa, não, aqui não, gente!*” Tentaram matar o Trump duas vezes durante esta eleição e tentaram matar o Bolsonaro no Brasil. A Esquerda cria narrativas e age igual no mundo inteiro. É desse jeito que



eles trabalham! Porém, o que estamos vendo? As eleições municipais no Brasil mostraram que o Brasil é conservador, que o Brasil não aceita mais a Esquerda. Quem experimentou, quis experimentar a Esquerda, “*vamos pôr lá ele de novo*”, está arrependido demais. Demais! O nosso Brasil indo para o fundo do poço. Então, fica aqui a você brasileiro que tinha perdido as suas esperanças, não perca, porque agora não tem uma luz no final do túnel, tem um holofote gigante no final do túnel, com a vitória do Trump. Muitas coisas vão mudar! Acredite... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Deputado Ricardo Arruda, um minuto para concluir.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Até para os 11 capas pretas aqui, que vinham nadando de braçada, podem se preparar! Se vocês compraram pacote para a Disney, acho que não vão poder ir! O Trump assume em janeiro, as coisas vão mudar. O voto impresso é importante. O Congresso Nacional está trabalhando para o voto impresso e a contagem pública de votos, que é essencial e é constitucional no nosso Brasil e será aprovado, sim, para as próximas eleições. Essa farra de urna eletrônica, de “Xandão” mandando fazer, isso vai acabar no Brasil. Podem acreditar! E censura vocês não vão conseguir fazer também. Vocês vão ver que o Presidente americano vai apaziguar o mundo, diferente do que falavam que ele era violento, a mesma coisa falavam do Bolsonaro aqui. No Governo Bolsonaro tinha diminuído a criminalidade e lá não tinha guerra nenhuma durante o mandato do Donald Trump... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pois não, Deputado, conclua.

DEPUTADO RICARDO ARRUDA (PL): Parabéns! Viva os Estados Unidos! Viva o Brasil! E vamos em frente! Viva a nossa liberdade! E Deus sempre continua e estará no comando.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Goura.

DEPUTADO GOURA (PDT): Obrigado, Sr. Presidente. Um dia triste para democracia, mundialmente falando. A eleição do ex-presidente Donald Trump mostra que a coisa sempre pode piorar. Aquilo que está ruim sempre pode piorar, e eu acho que a eleição do Trump traz uma sombra de incertezas para toda a humanidade. Incertezas do negacionismo climático, que encontra eco nesta Casa; incertezas do avanço da Extrema Direita, do fanatismo; incertezas do negacionismo, que voltam à ordem do dia com a eleição do ex-presidente. Mas, Sr. Presidente, eu queria aqui falar de um projeto muito preocupante que chegou nesta Casa esta semana, que é o Projeto n.º 662/2024, do Governador Ratinho Júnior. O projeto trata sobre licenciamento ambiental e o Governador, na Mensagem que se dirige a todos nós deputados e deputadas, diz assim: *“Certo de que o Projeto de Lei merecerá dessa Assembleia Legislativa necessário apoio e consequente aprovação”*. Mas, o Governador pede o regime de urgência. Um projeto extremamente complexo, são 50 artigos, que mexem com o licenciamento ambiental do Estado do Paraná. E não exageramos quando falamos que neste projeto o Governador Ratinho Júnior está fazendo o que foi feito pelo ex-ministro do meio ambiente, que é passar a boiada na legislação ambiental. Há flagrantes ilegalidades aqui neste projeto. Nós lamentamos, mais uma vez, o instrumento do regime de urgência. O Deputado Arilson pediu vista e, infelizmente, o voto não foi procedente na Comissão de Constituição e Justiça. Mais uma vez, no final do ano, um projeto desta magnitude chega e não vai ter o devido debate, Deputado Evandro, o senhor sempre preocupado com as causas ambientais aqui nesta Casa. Eu quero chamar a atenção, deputados e deputadas, porque o que está em jogo aqui é um desrespeito a nós Parlamentares. O projeto tem um motivo de ser, um motivo de existir, como diz o Governador: *“Trata-se de proposta que visa modernizar o trâmite dos processos de licenciamento ambiental por meio da redução de entraves burocráticos e da uniformização de procedimentos”*.



administrativos, sem perder de vista os princípios e normas pertinentes à proteção ambiental.” É muito fácil nos pintarmos de verde e nos chamarmos de ambientalistas, nos chamarmos de sustentáveis. É isto que o Governo do Estado do Paraná está mais uma vez fazendo: se pintando de verde e dizendo para o mundo inteiro que nós somos o Estado mais sustentável do Brasil, quando na prática estamos simplificando os processos de licenciamento ambiental e agindo contra a urgência climática que os nossos tempos exigem. Nós estamos estudando esse projeto, Presidente, mas com o tempo muito exíguo com o qual nós estamos lidando. E eu queria aqui fazer um destaque que é o desmonte do Conselho Estadual de Meio Ambiente, que está em curso neste Projeto de Lei. O projeto do Governador Ratinho enfraquece o Conselho Estadual do Meio Ambiente. Como eu disse, há flagrantes ilegalidades nesse processo e é muito curioso porque em todo Projeto de Lei, Deputados, temos um último artigo em geral que diz quando que a lei entra em vigor, este projeto fala que a lei entra em vigor 60 dias a partir da sua publicação – este é o artigo 49 –, mas não bastasse isso ainda tem o artigo 50 que vem logo depois. O artigo 50 diz simplesmente assim: *“Revoga o Inciso III do art. 1º da Lei n.º 7978, de 30 de novembro de 1984.”* Estranho um artigo que revoga uma lei, um Inciso de uma lei, depois da técnica legislativa. E o que diz o Inciso III? *“Que compete ao Conselho Estadual de Defesa do Meio Ambiente participar da elaboração junto aos Poderes Públícos de todos os atos legislativos e regulamentares concernentes ao meio ambiente.”* É este Inciso que o Governador Ratinho Júnior está retirando do Conselho Estadual do Meio Ambiente. O que está acontecendo é que estamos... (É retirado o som.)

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Goura, um minuto para concluir.

DEPUTADO GOURA (PDT): Nós estamos, Deputados, com a aprovação desta lei, enfraquecendo a proteção ambiental do Estado do Paraná, priorizando atividades com licenciamento simplificado, atividades que são discricionárias do



Poder Executivo, sem o devido acompanhamento desse Conselho que deveria, por simetria ao Conselho Nacional de Meio Ambiente, ser fortalecido e ser um conselho deliberativo. Eu falo aqui enquanto conselheiro do meio ambiente, enquanto Parlamentar desta Casa, que um projeto desta magnitude deveria ser devidamente debatido e discutido com a sociedade paranaense e, obviamente, com o Conselho. Nós estamos mobilizando o Ministério Público, o Conselho Nacional do Meio Ambiente, igualmente, e faremos, Presidente, uma audiência pública para fazer o debate que o Governador Ratinho Júnior não quer que seja feito. Nós temos que lutar e envidar todos os esforços pela proteção do meio ambiente, pela proteção do Estado do Paraná.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela Liderança do PT, Deputado Professor Lemos.

DEPUTADO PROFESSOR LEMOS (PT): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, Sr.^{as} Deputadas, quero cumprimentar todos e todas, ao tempo em que cumprimento a nossa população que acompanha a sessão desta quarta-feira. Quero mais uma vez aqui solicitar ao Governo a suspensão do projeto que o Governo chama de *Parceiro da Escola*, que de parceiro da escola não tem absolutamente nada, porque a proposta do Governo é entregar algumas escolas do Estado – são em torno de 200 escolas neste primeiro momento –, para iniciativa privada fazer a gestão administrativa. É desnecessário. A gestão administrativa já é feita há muitos anos com a direção da escola e a comunidade. A comunidade sim é parceira da escola, porque boa parte do que acontece na escola é bancada pela comunidade. Toda escola tem uma associação de pais, mestres e funcionários, que arrecadam recursos para manutenção da escola, para fazer pequenos reparos, para ampliar, para manter a escola. E o pouco recurso que o Estado manda para escola é bem aplicado, não tem desvio. Agora, o Governo quer convencer a população de que empresários, que vão pegar boa parte do dinheiro da educação, serão parceiros das escolas. Isto não é verdade.



Por isso, fomos ao Tribunal de Justiça. Na semana passada, protocolei uma representação solicitando ao Tribunal de Contas do Paraná a suspensão desse programa. Tanto nós Deputados da Oposição fomos à Justiça quanto, também, ingressamos no Tribunal de Contas. O Tribunal de Contas de Minas Gerais suspendeu um programa semelhante a esse aqui do Paraná, já está suspenso, e nós queremos que o Tribunal do Paraná também suspenda. O Tribunal já distribuiu para o Conselheiro Fabio Camargo, que vai fazer, então, a análise da nossa solicitação de suspensão. E o Conselheiro Fabio Camargo já intimou a Secretaria de Estado da Educação e a Paraná Educação para, em cinco dias, dar as explicações, para, na sequência, o Conselheiro tomar a decisão. Então, é importante que o Tribunal de Contas do Paraná proteja o interesse público, proteja a população do Paraná, proteja a educação, os nossos estudantes, os nossos professores, os nossos funcionários de escolas, proteja o dinheiro público. Então, fica aqui, mais uma vez, a nossa solicitação para que o Governo suspenda o programa e esse dinheiro que ele quer mandar para empresários que ele mande para as nossas escolas, que será muito bem aplicado. Quero também aqui, Sr. Presidente, mais uma vez, discordar do projeto que está tramitando em regime de urgência, que é o projeto que pretende vender a Celepar, que é a Companhia de Tecnologia que o Estado criou há muitos anos. Essa Companhia de Tecnologia, a Celepar, guarda dados importantíssimos da nossa população e guarda dados sensíveis e a nossa legislação federal proíbe a venda de dados, porque são dados sensíveis, são dados importantes. Ao vender a Celepar, o Governo estará vendendo para a iniciativa privada esses dados, que na mão da iniciativa privada traz insegurança para todos nós, é um perigo para todos nós. É claro que vai dar muito lucro para a empresa privada. E essa empresa pública, que pertence ao Estado do Paraná, nunca deu prejuízo, ao contrário, ela dá lucro todo mês, dá lucro, ela vai muito bem. Essa empresa desenvolveu, ao longo dos anos, aplicativos, desenvolveu tecnologias que são premiadas, têm elogios do mundo todo para Celepar. E não temos conhecimento que algum Estado do Brasil tenha



vendido empresa como essa, e o Governo Federal também não vendeu a empresa de tecnologia, que é o Serpro, não vendeu e não vai vender. E nenhum País vende os dados do seu povo, mas protege. Então, portanto, estamos, mais uma vez, dizendo não. A nossa bancada, que tenho a tarefa de ser o Líder, que é PT/PDT, é contra, votará contra esse projeto nas Comissões e, também, no Plenário. Também quero falar aqui, Sr. Presidente, do Substitutivo Geral que o Governo enviou ao projeto de reestruturação da carreira do pessoal militar. Ele repete, no Substitutivo, injustiça aos praças, ao soldado, ao cabo, ao sargento, ao subtenente, e aí os praças estão revoltados, indignados. Precisamos, como Deputados aqui, fazer a nossa parte. Acompanhei aqui o movimento de vários Deputados, inclusive Deputados da base do Governo, inclusive o Deputado Hussein Bakri fazendo um esforço grande para que o projeto fosse melhorado, mas, infelizmente, esse projeto não foi melhorado. E é preciso que o Governo repense o projeto. Ele está pautado para ser votado na próxima terça-feira, na semana que vem, mas que, até lá, o Governo possa, junto com as lideranças que representa a Polícia Militar, rever alguns pontos do projeto, como, por exemplo, incluir no projeto o que está disposto na Lei Orgânica da Polícia Militar no Brasil, que é aquele escalonamento vertical dos salários, mas, claro, com percentual justo, trabalhando para diminuir a diferença entre as patentes. Não diminuindo o salário de oficiais, mas puxando para cima os praças. Goiás deu exemplo ao Brasil. O Paraná pode fazer até melhor que Goiás, porque temos um orçamento maior, uma arrecadação maior. Arrecadamos mais do que sempre está previsto no orçamento. Para se ter ideia, este ano o Paraná vai arrecadar praticamente 11 bilhões a mais do que arrecadou e do que estava prevendo arrecadar. Tem superavit de arrecadação, pode e deve melhorar. Nesse sentido, quero, mais uma vez aqui, fazer esse esforço, usando a tribuna, solicitando que o Governo reveja esse Substitutivo Geral para que, na próxima semana, possamos votar um projeto que vai fortalecer a Polícia Militar do Paraná fazendo justiça a todos os policiais, em especial ao praças que estão reclamando, e com razão.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Próximo orador, Deputado Requião, pela Liderança da Oposição. Mas, antes vou registrar a presença do Vereador de Curitiba, Renan Ceschin; dos Vereadores de Iguaraçu, Sr.^a Cidinha da Reciclagem e Sr. Beré, por solicitação do Deputado Denian Couto e do Deputado Tercilio Turini; dos Vereadores de Astorga, Tiago do Gás e Fernando Caniato; e da Vereadora de Tamarana, Professora Angélica, por solicitação do Deputado Tercilio Turini. Sejam bem-vindos. Deputado Requião.

DEPUTADO REQUIÃO FILHO (PT): Presidente, vou falar aqui debaixo, porque é um puxão de orelha, uma denúncia rápida, não vale a pena subir lá em cima. No dia 25 de outubro, véspera de eleição, foi inaugurado e entregue um trecho da Rodovia dos Minérios, só que essa obra não está pronta. A previsão dela é para setembro de 2025 e em um trecho de 4 quilômetros e 700, mais ou menos, temos inúmeros buracos, inúmeras obras e a população tem sofrido muito. A qualidade do concreto empregado, que era para ser indestrutível, está se esfarelando. Então, o que estamos denunciando aqui são as condições de rodagem de uma rodovia que não deveria ter sido inaugurada e foi inaugurada, que não está pronta e a obra está com uma péssima qualidade. Exigimos que seja feita alguma coisa quanto a esse assunto entre Curitiba e Almirante Tamandaré, porque é um trecho de R\$ 165 milhões que foi inaugurado antes. O concreto que era para ser a salvação está sendo um problema, as obras continuam e as pessoas que transitam de lá para cá e daqui para lá têm sofrido muito. Era só isso, Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Pela Liderança do Governo, Deputado Hussein Bakri.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, colegas. Obrigado, Deputado Requião. É muito importante quando a Oposição constrói, ajuda a mostrar alguns, segundo o senhor, erros que precisam ser melhorados. Vou lhe trazer a resposta na próxima segunda-feira em relação a essa rodovia tão



importante que foi construída agora. Senhor Presidente e colegas, vou ser muito rápido porque certamente vamos ter aqui, nesta Casa, várias oportunidades de discorrer sobre os projetos. Em primeira discussão quando é a questão constitucional, depois nas emendas que certamente serão colocadas aqui, voltará para a CCJ, tem ainda que passar por diversas comissões e, aí, segunda e terceira discussão é possível fazer o debate, as pessoas defenderem os seus pensamentos, e, democraticamente, cada qual vai tomar a sua decisão. É assim. É na Câmara de Vereadores, é na Câmara Federal, é no Senado, é aqui. O que precisa ter é respeito. Respeito. Não vou jogar os meus colegas contra os leões porque ele está votando uma... E isso acontece em alguns setores. E eu não gostaria mais que acontecesse isso porque não é bom para ninguém. Vota como quiser, defende sua tese, mas não precisa jogar o seu colega em uma situação difícil. Mas quero me reportar, neste momento, com todo o respeito a essa questão – vou deixar a questão dos polícias para semana que vem porque ainda tem que passar pela Comissão de Segurança Pública, tem três comissões para passar. Vou abordar esse tema na semana que vem. Vou abordar a Celepar na semana que vem porque ela tem outras comissões para passar. Mas quero dizer aqui que nós, Deputado Goura, estamos abertos aqui a qualquer discussão, V.Ex.^a sabe, outros colegas sabem que a Liderança do Governo sempre se colocou à disposição para construção de possíveis soluções. As Emendas que eu puder levar ao Palácio e que forem acatadas, evidentemente que vou tentar construir com o maior prazer. Agora, o Projeto pretende e aí entra a questão ideológica, deputado, de achar que está certo ou errado, Denian. O fato concreto é que ninguém aguenta mais a dificuldade hoje que os pequenos, os médios e grandes estão encontrando nas liberações ambientais. A verdade é essa. Ou eu estou errado? Ninguém mais aguenta. Ninguém mais consegue fazer mais nada! E aí as pessoas abordam o tema de que pode incorrer em algum tipo de problema jurídico e tal. Bom, a Oposição já falou hoje, na CCJ, que eles vão buscar legalmente os direitos em relação a esse Projeto. Cada um faz aquilo que



imaginar. Então, quero tranquilizar os colegas de que é um Projeto bom, é um Projeto importante, um Projeto que vai trazer muitos benefícios. Dá para melhorar? Estou à disposição para tentar construir. Contem comigo e, no mais, quero desejar a todos um bom retorno aos seus trabalhos, que cada um possa ir até suas bases com tranquilidade e segurança. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Registro a presença na Casa do Vereador de Assis Chateaubriand, Joaquim Cardoso, por solicitação do Deputado Professor Lemos. Famoso Joaquinzinho, seja bem-vindo. **Passamos à Ordem do Dia.**

ORDEM DO DIA.

[Iniciou-se a apreciação das matérias constantes da Ordem do Dia. Presidente sem voto. Votações realizadas pelo processo simbólico ou através de aplicativo para votações. Para cômputo do quórum, registrou-se a presença dos seguintes Parlamentares: Adão Litro (PSD), Ademar Traiano (PSD), Alexandre Curi (PSD), Alisson Wandscheer (SD), Ana Júlia (PT), Anibelli Neto (MDB), Arilson Chiorato (PT), Artagão Junior (PSD), Batatinha (MDB), Bazana (PSD), Cantora Mara Lima (REP), Cloara Pinheiro (PSD), Cobra Repórter (PSD), Delegado Jacovós (PL), Delegado Tito Barichello (UNIÃO), Denian Couto (PODE), Do Carmo (UNIÃO), Douglas Fabrício (CDN), Evandro Araújo (PSD), Fábio Oliveira (PODE), Flávia Franscischini (UNIÃO), Gilberto Ribeiro (PL), Gilson de Souza (PL), Goura (PDT), Gugu Bueno (PSD), Hussein Bakri (PSD), Luciana Rafagnin (PT), Luiz Corti (PSB), Luiz Cláudio Romanelli (PSD), Luiz Fernando Guerra (UNIÃO), Mabel Canto (PSDB), Marcelo Rangel (PSD), Márcia Huçulak (PSD), Marli Paulino (SD), Moacyr Fadel (PSD), Nelson Justus (UNIÃO), Ney Leprevost (UNIÃO), Paulo Gomes (PP), Professor Lemos (PT), Renato Freitas (PT), Requião Filho (PT), Ricardo Arruda (PL), Samuel Dantas (SD), Tercílio Turini (PSD), e Thiago Buhrer (UNIÃO) (45 Parlamentares); Deputados ausentes com



justificativa: Maria Victória (PP) (função administrativa) (1 Parlamentar)

Deputados ausentes sem justificativa: Alexandre Amaro (REP), Cristina Silvestri (PSDB), Doutor Antenor (PT), Marcel Micheletto (PL), Marcio Pacheco (REP), Matheus Vermelho (UNIÃO), Soldado Adriano José (PP), e Tiago Amaral (PSD) (8 Parlamentares).]

Projetos que necessitam de Apoio.

Projetos de Lei: (Com apoio e encaminhados à Diretoria Legislativa para registro, autuação e tramitação.) **Autuado sob o n.º 668/2024**, do Deputado Moacyr Fadel, que institui o Programa “Escola Amiga do Agro”, na rede pública estadual de ensino do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 669/2024**, do Deputado Ricardo Arruda, que dispõe sobre a instalação de câmeras de videomonitoramento nas salas de aula da rede pública e privada de ensino do Estado do Paraná; **Autuado sob o n.º 670/2024**, do Deputado Professor Lemos, que dispõe sobre a estadualização da rodovia municipal que interliga a sede do município de Laranjal a Altamira do Paraná, Via PR-364. Deputados que apoiam permaneçam como estão, os contrários que se manifestem. **Apoiados.**

Passamos aos Itens da pauta.

ITEM 1 – 3.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 587/2024, que autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 66/2024, que institui o Programa Paraná Amigo da Pessoa Idosa. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa. Emenda de Plenário n.º 2 com parecer favorável da CCJ na forma da subemenda e contrário à Emenda n.º 1. Apreciar neste turno subemenda aprovada em segunda discussão. Vamos apreciar neste turno Subemenda aprovada em segunda discussão. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 587/2024.**

ITEM 2 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 211/2023, de autoria do deputado Samuel Dantas, que concede às doadoras de leite materno isenção de pagamento de taxa de inscrição em concurso para provimento de cargo ou emprego na Administração Pública Estadual. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Defesa dos Direitos da Mulher e Comissão de Saúde Pública. Substitutivo geral da CCJ. Vamos submeter ao voto o Substitutivo Geral. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Delegado Tito, seu voto. Deputado Goura. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del.



Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (41 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Goura, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (13 Deputados).] Com 41 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto o Substitutivo Geral.**

ITEM 3 – 2.^a Discussão do Projeto de Lei n.^º 898/2023, de autoria dos Deputados Cobra Repórter, Tiago Amaral e Hussein Bakri, que institui o Dia Estadual da Cultura Libanesa, objetivando a valorização dos imigrantes libaneses e das múltiplas expressões culturais do Líbano no âmbito territorial do Estado do Paraná. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Vamos submeter ao voto o Projeto. Em discussão o Projeto. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”. Presidente, pela ordem. Estava falando com o nosso 1.^º Secretário. Hoje é dia 6, a interiorização em Ivaiporã...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Dia 19...

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Então não é na semana que vem. É na outra?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Na outra semana. E possivelmente, em função do feriado, teremos que tomar uma decisão de anteciparmos a Sessão da segunda para quarta-feira da semana que vem.



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, pela ordem. Só queria chamar a atenção da Casa que no dia 19, pela manhã, teremos uma audiência pública da Comissão de Orçamento para discutir o Orçamento de forma participativa com a sociedade paranaense, será às 9 horas, no Auditório Legislativo Deputado Rubens Recalcatti. Queria convidar a todas e todos a participarem. Teremos a presença do Secretário Estadual da Fazenda, Norberto Ortigara, do Secretário Estadual do Planejamento, Guto Silva, e é uma reunião extremamente importante porque haverá uma participação da sociedade civil organizada, do setor produtivo. Vai ser no dia 19, no período da manhã, uma terça-feira, aqui na Assembleia Legislativa.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): Senhor Presidente, pela ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pela ordem, Deputado Cobra.

DEPUTADO COBRA REPÓRTER (PSD): O pessoal aqui do fundo não escutou a palavra do senhor. O senhor poderia repetir, por gentileza.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Em função do feriado nacional no dia 20, e a Assembleia fará a interiorização no dia 19, na cidade de Ivaiporã, devemos antecipar a Sessão da segunda-feira, do dia 18, para a quarta-feira da semana que vem, até para facilitar a vida de todos os Deputados que queiram participar da interiorização, já que o feriado será na quarta-feira.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, desculpe discutir publicamente isto, mas, veja, essa Audiência do dia 19 inclusive está sendo objeto até de uma comunicação da Casa.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Romanelli, a Audiência está mantida, não há nenhum problema.



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Ah, sim. Perfeito. A Casa continuará funcionando normalmente?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Sim, continuará funcionando normalmente.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Então, está ótimo. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (40 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Cristina Silvestri, Del. Tito Barichello, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (14 Deputados).] Com 40 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 898/2023.

ITEM 4 – 2.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 378/2024, de autoria do Deputado Soldado Adriano José, que inclui no calendário oficial do Estado do Paraná a Exposição de Astorga – denominada Expoastorga. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural. Vamos submeter ao voto o projeto. Em discussão o projeto. Em votação. Votando.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Artagão Junior, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (34 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Ana Julia, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Goura, Gugu Bueno, Luis Corti, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Marli Paulino, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Renato Freitas, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (20 Deputados).] Com 34 votos favoráveis e nenhum voto contrário, **está aprovado o Projeto de Lei n.º 378/2024.**

ITEM 5 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 57/2024, de autoria do Deputado Luis Raimundo Corti, que concede o título de Cidadão Benemérito do Estado do Paraná ao Sr. Frederico Mendes Junior. Parecer favorável da CCJ. Para encaminhar, Deputado Corti.

DEPUTADO LUÍS CORTI (PSB): Senhor Presidente, Sr.^s Deputados, quero agradecer esta oportunidade, mas, como é uma questão de constitucionalidade, reservo-me à prerrogativa de fazer o encaminhamento, até em respeito, na próxima segunda-feira, sobre este assunto. Muito obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok. Em discussão. Em votação. Votando, Sr.^s Deputados.



DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Parabéns, Deputado Corti, pelo entendimento. Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Vou fazer uma correção em relação à eleição da Mesa. Eu havia anunciado o horário de 14h30. Houve um equívoco aqui na redação, a eleição será após a Sessão Ordinária.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Quando, segunda?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Segunda-feira, encerrando a Sessão Ordinária, na sequência faremos a eleição da Mesa. É um fato inédito, duas eleições ao mesmo tempo.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): É inédito.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Você não acha que é uma garantia muito forte ao nosso futuro Presidente?

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Muito forte. Estou exibido agora, até amanhã não sei não... Estou muito exibido.

DEPUTADO ALEXANDRE CURI (PSD): Estou de portas abertas.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Obrigado. Estou pegando qualquer coisa que me derem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Votação encerrada, Sr.^s Deputados: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Jacovós, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz**



*Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Nelson Justus, Paulo Gomes, Professor Lemos, Renato Freitas, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (35 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Batatinha, Cristina Silvestri, Dr. Antenor, Fabio Oliveira, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto, Marcelo Rangel, Marcio Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Requião Filho, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (19 Deputados).] Com 35 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 57/2024.*

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): A Deputada Márcia tem alguma coisa a falar ali.

ITEM 6 – 1.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 154/2024, de autoria do Poder Executivo, Mensagem n.º 16/2024, que institui o Programa Estadual de Pagamento de Recompensas. Pareceres favoráveis da CCJ, Comissão de Finanças e Tributação e Comissão de Segurança Pública. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Eu gostaria de discutir o projeto, Sr. Presidente. Aqui, Renato Freitas.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Eu gostaria de observar que esse projeto me parece inconstitucional, porque não delimita a forma com que se dará o processo de denúncia, tão pouco os casos que podem ser denunciados, que estão elastecidos ao extremo, já que se trata de ilícitos penais, administrativos e civis, como se trata de ilícitos e também contravenções. Então suponhamos, para que as pessoas que nos assistem, compreendam o teor desse projeto. A pessoa está dentro da casa dela, em um apartamento, no Centro, e vê pessoas em situação de



rua, o que em tese, Deputada Cloara, configura, de acordo com a Lei de Contravenções Penais, a infração de vadiagem, está na rua, sem condição de sustento próprio. Alguns Estados aplicam a lei da vadiagem, recolhem essas pessoas, promovem boletins de ocorrência simplificado e ações no Juizado Especial, com o fim de limpeza da cidade. Políticas higienistas como em Balneário Camboriú, mas também como em Curitiba, muitas vezes. Então, aquele que está na sua casa poderá dizer: *“Oh, têm pessoas em situação de rua na frente do meu prédio. Quero R\$ 300,00 pela denúncia”*? Agora, vamos levar esse argumento para a periferia, onde as pessoas estão em situação de insegurança alimentar e a pessoa na casa dela não tem ali um botijão de gás, não tem um auxílio do governo. O Estado na forma da previdência não dá providências, mas o Estado penal abre a ela uma oportunidade de receber 300, 500, 600, 800, R\$ 1 mil reais, ainda não sabemos. Como? Despertando nela um senso de ataque, de suspeição, de denúncia, é uma delação premiada para pobre. Digo, quem colocará insegurança à vida dessas pessoas na periferia, que de forma desesperada acharão outros para acusar e para receber o pecúlio, a recompensa. Esse tipo de política enfraquece os laços sociais e revela o que de pior as pessoas têm, que é a chamada caguetagem. Sei que nesta Casa depois das tantas delações premiadas, que delataram, inclusive, pessoas inocentes, os deputados também são contrários. Por isso, peço a eles consciência para que votem contrário a esse projeto populista, absurdo, que faz lembrar o Texas, o Faroeste. Vão colocar cartazes nos postes com recompensas também? Isso é um absurdo. Eu voto contrário, e para mim isso é absolutamente constitucional.

DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Para encaminhar, Deputado Romanelli.



DEPUTADO LUIZ CLAUDIO ROMANELLI (PSD): Senhor Presidente, veja, data vénia, talvez, eu não tenha os mesmos argumentos para poder falar sobre o projeto, que o Deputado Renato Freitas tem. Entendo que o projeto sob o aspecto da constitucionalidade e da legalidade está correto. Agora, entendo que quando adentrarmos no mérito, Líder Hussein Bakri, é necessário que possamos analisar alguns dos dispositivos, que de fato não são garantistas em relação à estrutura que temos no nosso ordenamento jurídico. Então, sugiro, se V.Ex.^a me permitir, como o projeto não está em regime de urgência, que antes dele retornar na segunda-feira possamos construir Emendas que possam de fato dar maior objetividade ao que deve ser um programa de recompensa, que é em relação ao crime organizado ou situações análogas. Acho que da forma como está, está muito amplo mesmo e é preocupante, para ser sincero.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Senhor Presidente, queria fazer uma proposta aqui.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Até para que possamos..., não vou ficar debatendo algo. Votamos hoje a constitucionalidade e peço para a retirada de pauta na próxima semana.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Ok, já não incluo na pauta. Já não incluo na pauta na segunda-feira.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Vamos construir e discutir algumas possibilidades, sempre com a maior vontade de melhorar o projeto, como sempre faço. Então faço esse pedido a V.Ex.^a. Hoje votamos a constitucionalidade e, na semana que vem, discutimos com calma a possibilidade de colocar algumas emendas e melhorar o projeto. Desculpa, Deputado Tito.



DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Para encaminhar, Sr. Presidente.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Para encaminhar, Delegado Tito.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Trata-se de um projeto moderno que vai ao encontro do interesse da sociedade. Por quê? Porque o Brasil é o País da impunidade, e existem Deputados que defendem a persecução penal, que defendem a retribuição, que defendem a sociedade e o cidadão de bem, e têm aqueles que buscam a impunidade. O Projeto de Lei nada mais traz do que a possibilidade do Estado, em determinado contexto e não de forma aleatória, como trouxe o Deputado Renato Freitas, não é qualquer contravenção de qualquer crime de menor potencial ofensivo que vai gerar uma consequência de retorno pecuniário, não, são crimes determinados pela Secretaria de Segurança Pública quando é necessária a participação da sociedade. E o controle formal nós conhecemos, é feito pelo Estado, é feito pelo Ministério Público, pela polícia. Agora, o controle informal é feito pela sociedade, e em qualquer sociedade moderna as pessoas participam de forma ativa. E no Brasil existe, infelizmente, ainda a omissão, e existem interesses escusos de determinados Parlamentares de proteger a criminalidade. Então, é um projeto moderno que existe em vários países do mundo. Eu estive em Nova Iorque, eu fui em Delegacias de Nova Iorque, lá existe um sistema de delação muito bem organizado para determinados crimes, não para qualquer crime, em que o cidadão, Sr. Presidente, pode fazer a denúncia, e ele recebe uma senha, e com essa senha, em momento posterior, ele liga para um telefone e se aquela denúncia obteve resultado, senhores, ele já recebe uma nova senha, vai até o banco, recebe o valor, já descontado o imposto de renda. Isso é um modelo sério. E o nosso Governador Carlos Massa Ratinho Júnior está de parabéns, porque não tem medo e está enfrentando a criminalidade. Precisamos criar instrumentos que auxiliem a polícia, porque do



jeito que está hoje o Brasil, em termos de organizações criminosas estou falando, em termos de PCC, em termos de PGC, em termos de Comando Vermelho, é um bom lugar para trabalhar. Por quê? Porque a nossa legislação é muito garantista. Então, o Governador está de parabéns porque não tem medo, está enfrentando essa situação. Obviamente, Sr. Líder, algumas questões do projeto precisam ser mudadas, porque ali consta contravenções, não há porque de uma contravenção, que é um crime anão, crime de menor potencial ofensivo, eventualmente o Estado estabelecer uma recompensa, mas para crimes graves que a Secretaria de Segurança Pública achar que é necessária a participação popular, é primordial que exista esse instrumento, eu digo como Delegado, porque muitas vezes ficamos com as mãos atadas em crimes graves, precisando da participação da sociedade. Muito obrigado, Sr. Presidente, e o Governador está de parabéns.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Delegado Tito, Delegado Tito, só um aparte.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos concluir a votação, Sr.^s Deputados.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Só um aparte aqui, Deputado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Não, não é possível aparte no encaminhamento, Deputado Renato.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Uma observação, uma crítica.

DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Deputado Traiano, por favor, para encaminhar rapidamente aqui, Deputado Traiano.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Jacovós, para encaminhar.



DEPUTADO DELEGADO JACOVÓS (PL): Nós discutimos exaustivamente na Comissão de Constituição e Justiça e o nobre Deputado Renato talvez não tenha acompanhado, mas foram levantadas essas circunstâncias, Deputado, da possibilidade de alguém fazer uma ligação de uma contravenção e, objetivamente, requerer a recompensa. Mas, no próprio projeto tem o art. 4.º, que estabelece que o Poder Executivo vai estabelecer um Decreto estabelecendo quais são as relevâncias dos crimes que serão abrangidos com esse tipo de recompensa. Está lá no art. 4.º, inciso II, a determinação dos tipos e as regras para mensuração da relevância dos casos e eventos que poderão ensejar o pagamento da recompensa. Então, o Governo vai estabelecer um Decreto, correto? Porque é óbvio que se fosse assim, como disse aqui o Deputado, nobre Deputado Romanelli, alguém vai ligar lá e falar que tem um fantasma aqui na Assembleia Legislativa, e aí vai ter... Não é, Romanelli? Foi isso, não é? Eí como é uma denúncia administrativa tem que investigar se é possível ele ter a recompensa, porque ele denunciou que aqui tem fantasma, e aqui não tem fantasma.

DEPUTADO RENATO FREITAS (PT): Jacovós, meu camarada, o problema é que isso tem que ser balizado já no projeto...

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Deputado Renato, não é possível aparte, Deputado, é encaminhamento. Quero que compreenda.

DEPUTADO DELEGADO TITO BARICELLO (UNIÃO): Senhor Presidente, vamos seguir o Regimento Interno e não dar a palavra ao Deputado Renato Freitas. Obrigado.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Vamos encerrar a votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pessoal, está retirado. Vamos votar a constitucionalidade.



SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Sim, está retirado o Projeto. Peço aos Sr.^s Deputados que concluam a votação. Está em primeira votação.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Os que não votaram ainda, o voto é “sim”.

DEPUTADA ANA JÚLIA (PT): A Oposição vota “não”.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Presidente, só uma questão de ordem.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Pois não, Deputado.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Eu tinha entendido que tinha tirado o Projeto. Vai votar a constitucionalidade e vai retirar na outra?

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Na segunda-feira não voltará à pauta.

DEPUTADO ARILSON CHIORATO (PT): Está bom. Entendi. Voto “não”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Estou encerrando a votação, Sr.^s Deputados. Votação encerrada: **[Votaram Sim: Adão Litro, Alexandre Curi, Anibelli Neto, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gilberto Ribeiro, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luis Corti, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Moacyr Fadel, Nelson Justus, Paulo Gomes, Ricardo Arruda, Tercílio Turini e Thiago Bührer (30 Deputados); Votaram Não: Ana Julia, Arilson Chiorato, Luciana Rafagnin, Professor Lemos e Renato Freitas (5 Deputados); Não Votaram: Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Alisson Wandscheer, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Douglas Fabrício, Dr. Antenor, Gilson de Souza, Goura, Marcel Micheletto, Marcio**



Assembleia Legislativa do Estado do Paraná

Centro Legislativo Presidente Aníbal Khury

Diretoria Legislativa

Pacheco, Maria Victoria, Matheus Vermelho, Ney Leprevost, Requião Filho, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (19 Deputados).] Com 30 votos favoráveis e 5 votos contrários, está aprovado o Projeto de Lei n.º 154/2024.

ITEM 7 – 1.^a Discussão do Projeto de Lei n.º 254/2024, de autoria do Deputado Bazana, que insere no calendário oficial de eventos do Estado do Paraná o Teatro Grupo Mãe de Deus, no município de Arapongas. Pareceres favoráveis da CCJ e Comissão de Cultura. Substitutivo geral da CCJ. Em discussão. Em votação. Votando.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Pedimos o voto “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano - PSD): Por solicitação do Deputado Alexandre Curi, registramos a presença do Vereador Marcos Maia, de Santa Mariana; e do Vereador Adauto Manzato, eleito, da cidade de Cambará. Sejam bem-vindos.

DEPUTADO HUSSEIN BAKRI (PSD): Repito que o voto é “sim”.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Por favor, Sr.^s Deputados, vamos votar. Votação encerrada: **[Votaram Sim:** Adão Litro, Alexandre Curi, Alisson Wandscheer, Ana Julia, Anibelli Neto, Arilson Chiorato, Batatinha, Bazana, Cantora Mara Lima, Cloara Pinheiro, Cobra Repórter, Del. Tito Barichello, Denian Couto, do Carmo, Douglas Fabrício, Evandro Araújo, Fabio Oliveira, Flavia Francischini, Gugu Bueno, Hussein Bakri, Luciana Rafagnin, Luis Corti, Marcelo Rangel, Marcia Huçulak, Marli Paulino, Nelson Justus, Professor Lemos, Tercílio Turini e Thiago Buhrer (29 Deputados); **Não Votaram:** Ademar Luiz Traiano, Alexandre Amaro, Artagão Junior, Cristina Silvestri, Del. Jacovós, Dr. Antenor, Gilberto Ribeiro, Gilson de Souza, Goura, Luiz Claudio Romanelli, Luiz Fernando Guerra, Mabel Canto, Marcel Micheletto, Marcio Pacheco, Maria



Victoria, Matheus Vermelho, Moacyr Fadel, Ney Leprevost, Paulo Gomes, Renato Freitas, Requião Filho, Ricardo Arruda, Samuel Dantas, Soldado Adriano José e Tiago Amaral (25 Deputados).] Com 29 votos favoráveis e nenhum voto contrário, está aprovado o Projeto de Lei n.º 254/2024.

(Não havendo mais matéria a ser deliberada na pauta da Ordem do Dia, passou-se à votação dos Requerimentos.)

REQUERIMENTOS.

Requerimentos aprovados e encaminhados à Diretoria Legislativa para providências.

Requerimento n.º 2608/2024, do Deputado Thiago Bührer, solicitando o registro e o envio de menção honrosa ao Sr. Sidinei José de Lima, em reconhecimento aos serviços prestados ao município de Tijucas do Sul; **Requerimento n.º 2609/2024**, do Deputado Alexandre Amaro, solicitando o registro e o envio de menção honrosa aos representantes relacionados da cultura gaúcha, no Estado do Paraná; **Requerimento n.º 2611/2024**, do Deputado Luís Corti, solicitando o envio de votos de pesar à família pelo falecimento do Sr. Valmir Pedroso, ocorrido em 28 de outubro.

Requerimentos com despacho do Presidente.

À Diretoria Legislativa para providências: **Requerimento n.º 2610/2024**, do Deputado Adão Litro, requerendo o arquivamento do Projeto de Lei n.º 69/2023, de sua autoria.

Justificativa de ausência.

Deferido conforme o art. 97, § 4.º, do Regimento Interno (o Presidente poderá abonar, no período de um mês ausência injustificada): **Requerimento n.º**



2612/2024, do Deputado Ney Leprevost, apresentando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias do dia 5 de novembro de 2024.

SR. PRESIDENTE (Deputado Ademar Traiano – PSD): Nada mais havendo a ser tratado, encerro a presente Sessão, marcando uma outra **Sessão Ordinária** para segunda-feira, dia 11 de novembro de 2024, à hora regimental, com a seguinte **Ordem do Dia:** Redação Final dos Projetos de Lei n.ºs 445/2023, 898/2023, 378/2024, 387/2024 e 587/2024; 3.ª Discussão do Projeto de Lei n.º 211/2023; 2.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 57/2024, 254/2024 e 552/2024; e 1.ª Discussão dos Projetos de Lei n.ºs 72/2023, 588/2024, 589/2024, 590/2024, 592/2024 e 604/2024.

“LEVANTA-SE A SESSÃO.”

(Sessão encerrada às 10h50, tendo sido lavrada a Ata para fins de publicação em atendimento ao disposto no art. 139 da Resolução n.º 11 de 23/8/2016, Regimento Interno.)